

Abertura estimula expansão

PAULO RABELLO DE CASTRO

Com o seqüestro das poupanças particulares em 16 de março, o presidente Fernando Collor comprou e usou um bilhete de ida, sem volta, na direção da estabilização da economia. Pouco importa se boa parte do dinheiro das empresas e dos capitalistas tenha sido desbloqueado. Todos pagaram um pedágio direto e, principalmente, os poupadore da classe média não esquecerão a promessa presidencial: cobrá-la-ão.

Nesse jogo de vale-tudo, o principal indício político é de que a estabilização virá inexoravelmente. O preço da recessão é altíssimo: só este ano estaremos perdendo algo como US\$20 bilhões de renda nacional. O dobro dos juros (não pagos) da dívida externa. Mais um motivo para afirmar que Collor não reproduzirá Sarney. Não quer nem pode.

Entretanto, o caminho para a estabilidade tem altos e baixos. Em maio, a opinião do mercado tremia assustada. Hoje, vibra otimismo. São fases. Numa visão de longo prazo, só se sustentam os fatos. O principal deles é que a inflação, coeficiente número um da desorganização nacional, terá tendência histórica baixa. Para chegar, porém, aos 3% ao mês de inflação, ter-se-á de amargar ainda muita inflação corretiva, que já começa agora e prossegue ao longo do próximo ano. Quando, porém, chegarmos aos 3%, será mais fácil fazê-la virar 1% mensal, que seria o verdadeiro objetivo do presidente.

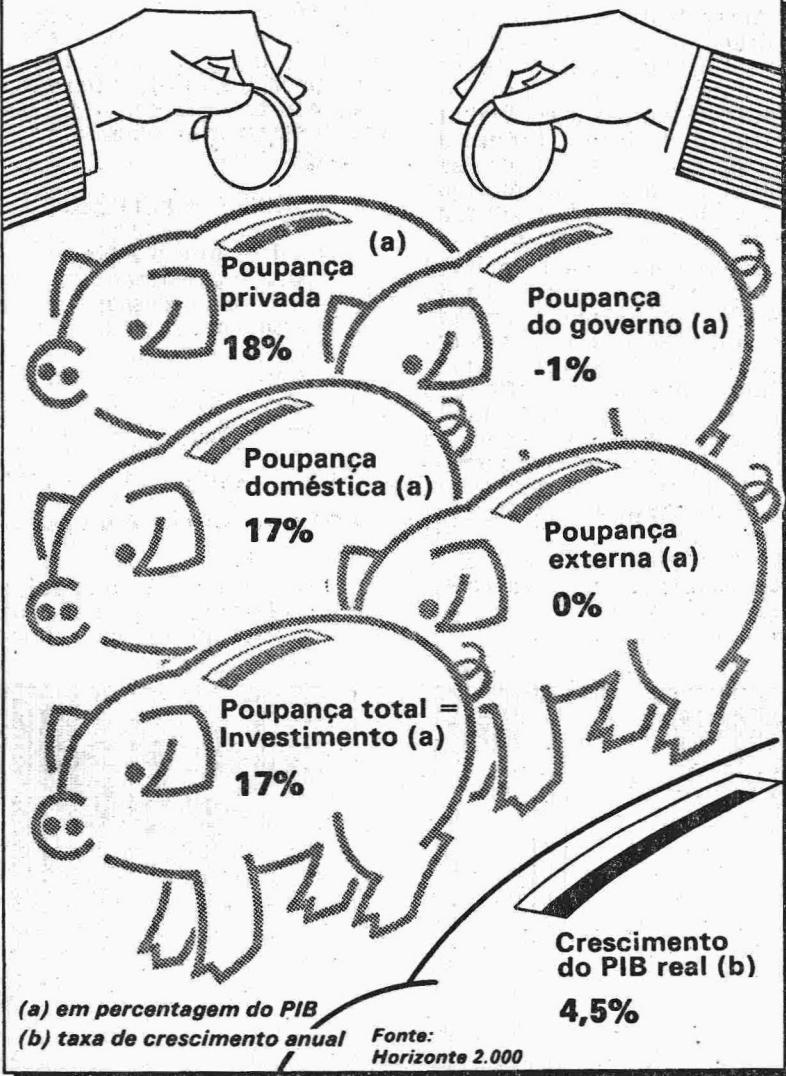
MOEDA FORTE

Essa meta, hoje considerada irreal, será certamente atingida antes do término do seu mandato, tornando-o um reeleível difícil de ser batido. Até lá, a moeda brasileira tem que ficar forte, com o Banco Central dotado de autonomia e o câmbio efetivamente flexível.

Quando vai aparecer essa cara nova do Brasil? Primeiro a luz da aurora, depois o grande círculo solar. No princípio, a liberalização — peça-chave da recuperação econômica —



Os números do futuro (1991-95)



caminhará lentamente e com grande desgaste (também com enormes prêmios) para seus implementadores. Trata-se, ainda, de um liberalismo mitigado, na expressão do documento Horizonte 2000*. É muito para quem era, ainda ontem, um país autoritário, comercialmente fechado, totalmente regulado, dependente de iniciativas e dominado por um pensamento econômico gaúche ou conservador. Mas é pouco, muito pouco, para o que ainda temos que caminhar. Pelo menos até 1992, prevalecerá o reformismo de cunho distributivista (o discurso dos "descamisados") bem ao gosto social-democrata. Influirão crescentemente

contra essa tendência, os principais governadores a serem eleitos, que provavelmente terão mais pressa do que Collor para retomar o produto potencial do País.

Aqui, justamente reside o perigo. As tentativas de soerguimento rápido demais, sem estarem prontas as bases livres do progresso (moeda forte, câmbio no lugar, impostos baixos e poupanças incentivadas) resultarão em rescaldos inflacionários. O resultado será uma taxa média de crescimento do PIB não superior a 4,5% ao ano no período 1991 a 1995 (excluído o desastroso resultado deste ano), porém com uma ressalva importante: só a partir de 1993, é coerente espe-

rar taxas superiores a 5% ao ano, compondo uma média que começa com um número ainda bastante baixo em 1991.

Do ponto de vista institucional, ajudará muito a revisão constitucional de 1993, que cristalizará em lei as conquistas liberalizantes do período atual.

Durante o quinquênio, outras revoluções mais silenciosas do que o governo, mas não menos cruciais, estarão acontecendo. O Horizonte 2000 aponta, por exemplo, para a sensível queda na taxa de crescimento da população, a volta de capitais e de gente na direção do novo interior do País, a "urbanização" do meio rural e a explosão das atividades informais, até que se faça a reforma tributária de que a Nação carece.

Obviamente, o país mais fechado do mundo terá, na abertura ao Exterior, a principal mola do seu crescimento futuro. Aparecerá o mercado regional com países vizinhos e, com a moeda forte do Brasil, esse comércio terá lastro para multiplicar várias vezes seu nível atual.

A dívida externa, em grande medida um falso cavalo de batalha, que ainda cerceia as ações internacionais do Brasil, desaparecerá das conferências e das telinhas, devidamente renegociada, convertida e com fluxos novos. A partir daí (1992 em princípio) é possível prever uma formidável reversão no sentido dos capitais estrangeiros, de volta para o País. Sua contribuição em números continuará supletiva ao esforço de poupança interna, mas, qualitativamente, será vital.

Agricultura, exportações e novas indústrias no interior serão os eixos do progresso nesta fase de crescente liberalização.

Os prospectos de 1995 são excelentes; mas há que se exercer a paciência chinesa para chegarmos lá; devagar, e só a partir daí, então, obteremos as recentes taxas chinesas de crescimento.

* As principais previsões foram extraídas do Cenário Integrado Horizonte 2000, trabalho elaborado pelo autor, em conjunto com o cientista político Walder de Góes e com o sociólogo Amaro de Souza.

□ Paulo Rabello de Castro é professor da Fundação Getúlio Vargas (RJ) e sócio-diretor da RC Consultores.